

Ana Catarina Monteiro¹,
Lucinda Saldanha²
& Inês Nascimento³
Agrupamento de Escolas Augusto
Pires César de Lima
Faculdade de Psicologia e de
Ciências da Educação, Universidade
do Porto

Sonhar a Orientação Vocacional: Relato e Reflexão de Experiências em Contexto Escolar e Perspectivas de Novos Rumos.

RESUMO:

A orientação vocacional afirma-se cada vez mais como um terreno vasto e rico para a Intervenção psicológica. Nomeadamente a orientação vocacional realizada em contexto escolar que, quando vislumbrada numa perspectiva Desenvolvimentista/Construtivista, reforça a pertinência dos seus objectivos e coloca múltiplos desafios à intervenção e participação dos vários actores educativos. O Projecto de intervenção em Orientação Vocacional "Laboratório de Sonhos", implementado na escola EB23 Augusto César Pires de Lima, no Porto demonstrou ser uma experiência altamente estimulante de questionamentos sobre a actuação do psicólogo escolar no domínio vocacional. Reflexões sobre as potencialidades, desafios e constrangimentos oferecidos pelo contexto escolar fazem emergir questões relevantes sobre a prática em Orientação Vocacional bem como sobre o papel e perfil dos profissionais que a realizam, ao mesmo tempo que apontam na direcção de mudanças que se revelam necessárias ao nível dos recursos e metodologias usadas para tornar mais eficaz, integrador e pleno o exercício do profissional da Orientação Vocacional nas escolas.

Linha de Partida: Enquadramento teórico

A orientação vocacional é actualmente um conceito muito versado em psicologia. Não raramente é remetido para o contexto escolar, ou simplesmente para o mundo profissional. Ultrapassando estes estereótipos reducionistas, a orientação vocacional tem imposto a sua relevância, enquanto um processo de desenvolvimento pessoal passível de abranger diferentes faixas etárias, os vários contextos de actuação do sujeito psicológico e os vários papéis de vida que este desempenha, assim como as suas mais transições de vida.

¹ Estudante do 4.º ano do Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto (Kata_monteiro@hotmail.com)

² Psicóloga do Serviço de Psicologia e Orientação da Escola EB23 Augusto César Pires de Lima, Porto. (lucindasaldanha@hotmail.com)

³ Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto. Coordenadora e Supervisora Científica do Serviço de Consulta Psicológica de Orientação Vocacional ao Longo da vida da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto (ines@fpce.up.pt)

Enquanto intervenção activadora de processos que promovem a progressiva diferenciação e complexificação do sujeito psicológico, a orientação vocacional é simultaneamente produto desse mesmo processo de desenvolvimento, tal como defende Reis (2008). A orientação vocacional tem sido pois, alvo de diferentes mudanças no modo de pensar a intervenção. Muitas destas mudanças revestem-se de carácter adaptativo, uma vez que também elas têm vindo a acompanhar as próprias mudanças sociais. Assim, a intervenção em orientação vocacional, enquanto dispositivo de activação de processos que promovem o progresso e a integração do sujeito psicológico é, tal como defende Reis (2008), simultaneamente, produto desse mesmo progresso.

Várias perspectivas teóricas se têm cruzado no âmbito da intervenção vocacional, situando-se num *continuum* desde as perspectivas mais tradicionais às contemporâneas. Das perspectivas mais recentes, e que têm vindo a ser mais valorizadas por investigadores e profissionais da orientação, destaca-se a perspectiva fundada no racional teórico dos modelos Construtivista, desenvolvimentista e ecológico, pois tem servido como uma base de trabalho integradora e alargada, que contempla vários contextos de acção do sujeito e as várias dimensões do funcionamento psicológico, indo além da díade psicólogo-cliente, bem como da relação existente entre ambos, segundo Campos (*cit in* Campos e Coimbra, 1991). Segundo estas conceptualizações, o desenvolvimento vocacional vai sendo processado em acompanhamento da história de vida pessoal do indivíduo, o que implica todos os segmentos de realidade com os quais este estabelece relações sob a forma de experiências, contactos, encontros, vivências diversificadas (Gonçalves, 1997). No entanto, a reflexão sobre as perspectivas mais tradicionais deve ser alvo de atenção. Obviamente não se terão tornado completamente obsoletas, mas a sua utilização deverá obedecer a uma exploração convenientemente direccionada para a exploração dos investimentos (Campos & Coimbra, 1991), sendo, desta forma, possível obter vantagens para a intervenção psicológica no âmbito vocacional.

Entre as implicações práticas desta forma de perspectivar o processo de "orientar-se" dos indivíduos, destaca-se o reconhecimento de que a promoção do seu desenvolvimento vocacional é indissociável da promoção de competências gerais e transferíveis que dão impulso ao desenvolvimento psicológico como um todo, isto é, em todas as suas múltiplas dimensões. No que concerne às perspectivas construtivista e desenvolvimentista, e segundo a visão oferecida por esta, os projectos vocacionais não se descobrem, mas sim constroem-se a partir da relação do sujeito com o seu contexto histórico, político, económico, social e cultural. Os projectos vocacionais são co-construídos no eixo das oportunidades delimitadas pelos contextos em que o sujeito se insere e participa e que viabilizam ou dificultam/impossibilitam os seus objectivos e aspirações (Gonçalves, 2000), definindo à partida um conjunto específico de vias que se oferecem como as opções possíveis de um percurso que, em todo o caso, o indivíduo tem, ao longo da sua vida, hipótese de personalizar. Com efeito, o desenvolvimento vocacional acompanha a história de vida do sujeito psicológico, a partir das aprendizagens que têm lugar nas relações que este estabelece com os vários domínios da realidade, na sequência dos quais sintetiza, constrói e transforma significados e investimentos. Desta forma, na intervenção, procura reproduzir-se as condições espontâneas desse processo de desenvolvimento reservando sempre oportunidades para uma integração significativa dos vários acontecimentos que compõem a história de vida pessoal do indivíduo (Gonçalves, 1997) incluindo os acontecimentos e experiências de exploração intencionalizadas no curso da própria intervenção. Distante de lógicas instrutivas e racionalistas, processos psicológicos como o questionamento (geradores de um certo conflito e vislumbrados anteriormente como impasses), são agora encarados sem reservas ou receios. Pelo contrário, o questionamento é valorizado como uma peça chave no encontro do sujeito consigo próprio, como com os outros e com o mundo. Os desequilíbrios e as sucessivas reorganizações a que esse questionamento obriga, produzem um efeito reconstrutivo que permite olhar para a orientação vocacional como uma narrativa cada vez mais complexa que o sujeito vai reformulando e reeditando no seu itinerário existencial à medida que articula investimentos e experiências vocacionais e não vocacionais (isto é, realizados noutros papéis da existência). De resto, a exploração e o investimento são valorizados justamente pelo seu potencial em termos da reorganização do sistema pessoal. Será

mediante a exploração da relação actual que o sujeito estabelece com o mundo interno (a exploração da sua própria identidade) e externo (a exploração do espaço físico e social) que o indivíduo irá reconstruir as suas representações sobre o *self* e sobre como o *self* se pode exprimir e realizar numa certa apropriação subjectiva da realidade e, dessa forma, configurar e/ou reconfigurar os seus investimentos vocacionais (Gonçalves, 2000).

Deduz-se desta perspectiva que as estratégias de intervenção emergentes desta conceptualização da orientação vocacional consistem, preferencialmente, na implementação de actividades de exploração que promovam o contacto com o mundo do trabalho e com as oportunidades e constrangimentos da realidade social com a qual se confrontam na escola, na família, nos grupos de pares, nos tempos livres, na comunidade, através dos meios de comunicação social, entre outros.

Roteiro do Projecto de Intervenção Psicológica: "Laboratório de Sonhos"

O "Laboratório de Sonhos" constituiu-se como um Projecto de Intervenção Psicológica Vocacional em grupo, realizado na Escola Augusto César Pires de Lima, durante o ano lectivo de 2009/2010.

Construído a partir da metáfora do laboratório, pretendeu assumir a filosofia de um espaço de experimentação espontâneo (embora com uma intencionalidade muito clara) activo e directo, sobre produtos de natureza psicológica- "os sonhos", - aqui entendidos como centros organizadores dos projectos de vida e integradores de dimensões significativas do processo de exprimir-se e orientar-se vocacionalmente.

Este projecto iniciou-se com a divulgação junto das turmas de 9.º ano, tendo sido construídos três laboratórios/grupos distintos de cerca de 14 alunos cada que voluntariamente decidiram participar na intervenção. Estes grupos assumiram o compromisso de participar no projecto, uma vez por semana, numa sessão de cerca de uma hora.

Foi formado, simultaneamente, segundo o mesmo processo, um grupo de Pais e Encarregados de Educação, participantes nas "Sessões Bússola", que se constituíram como sessões, que acompanharam os vários momentos processuais realizados com os filhos/educandos, seguindo a mesma lógica de intervenção.

Em termos metodológicos, a intervenção estruturou-se em torno de três grandes momentos, que não assumiram um carácter sequencial, mas que estiveram presentes transversalmente em todo o processo, nas diferentes actividades desenvolvidas, a saber:

- a. Preparação para a exploração no sentido de trabalhar as representações pessoais do "vocacional", nomeadamente os mitos e as influências (meios de comunicação social, figuras de destaque, família, professores, grupo de pares...);
- b. Exploração, para uma melhor percepção e integração das dimensões críticas do desenvolvimento vocacional, nomeadamente as pessoais (competências do "ser", valores, interesses, competências do "fazer") e sociais/institucionais (ofertas do sistema educativo, mercado de trabalho);
- c. Preparação psicológica para a acção, promoção da integração dos momentos vívidos nas fases anteriores;

2. Na sacola: Recursos e Estratégias

Face àquilo que foi pretendido, e a par do esforço colocado na implementação deste projecto considera-se importante destacar o uso de determinadas estratégias que parecem ter convergido para o sucesso e eficácia da intervenção. Assim salienta-se: (1) o uso de metáforas (organizadoras de processos psicológicos (e.g., laboratório, sonhos, projectos, roteiros, desafios, diário de bordo, Termómetro); (2) o uso de linguagem actualizada, informal e acessível; (3) a utilização de estímulos artísticos (músicas,

imagens, frases, poemas, excertos de livros, fotografia, banda desenhada, curtas-metragens...); (4) a dinamização em contexto de grupo; (5) a prescrição de desafios semanais; (6) o desenvolvimento de Parcerias com a comunidade, nomeadamente, o desenvolvimento paralelo da intervenção com encarregados de educação; (7) o estabelecimento de um clima emocional de acolhimento; e, (8) a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento.

3. Reflexões sobre as potencialidades, desafios e constrangimentos do contexto escolar

Actualmente, o sujeito psicológico passa tanto tempo na escola como na família. Este facto remete-nos para a necessidade de vários esforços educativos para que a escola funcione eficientemente. Consequentemente, numa perspectiva que se pretende holística, e não obstante a importância de outros agentes educativos, a figura do psicólogo escolar afigura-se indispensável. A escola, enquanto instituição, possui inúmeras responsabilidades, pois é responsável pela promoção do educando (a par dos seus educadores, como sendo pais e professores) em todas as dimensões do seu desenvolvimento psicossocial (autoconhecimento, interesses, vocação, aquisições cognitivas, relações interpessoais, etc.). A complexidade e amplitude das atribuições funcionais da escola alargam, consideravelmente, o âmbito da actuação do psicólogo sendo esse um contexto que apresenta muitas potencialidades mas também alguns constrangimentos dos quais se destaca: (1) o facto de esta ser ainda, actualmente, (não obstante todas as mudanças que vêm ocorrendo ao longo do tempo) um contexto de resistência à mudança (pouco aberta à interacção com a comunidade: por exemplo, aspecto este, flagrante ao nível da dificuldade sentida em levar os alunos a realizar visitas, devido a obstáculos relacionados com recursos económicos e humanos assim como burocráticos); (2) apresentar-se como um Sistema escolar formatado; (3) restringir a possibilidade de realização de actividades extracurriculares aos espaços escolares (na maior parte dos casos na sala de aula em que o material disponível, como as mesas, cadeiras, quadro de projecção não facilitam a criação de um espaço físico que estimule a interacção/movimentação em grupo), o que se manifesta, conseqüentemente, na dificuldade em colocar os alunos em contacto com contextos cujo funcionamento represente uma verdadeira alternativa à lógica escolar.

Numa tentativa de superar estas limitações, deverão ser adoptados modelos conceptuais diferentes em oposição à concepção causal linear das questões fenómenos escolares segundo os quais são formulados padrões de acção estandardizados para problemas também eles muitas vezes estandardizados, desconsiderando as questões idiossincráticas associadas ao funcionamento escolar e dos vários elementos que o integram. Agir sobre a totalidade do sistema escolar será uma ilusão, sendo mais eficiente a acção ao nível dos vários subsistemas, promovendo comunicações funcionais entre eles. Como defende Evequoz (1984, cit. in Barros, 2005), o psicólogo escolar deve fixar-se em objectivos bem precisos da sua intervenção. Deve questionar-se sobre *o que se deve fazer, o que se quer fazer e o que se pode fazer*.

Assim, e no que toca a esses três critérios de planeamento de acções, parece importante intervir em duas grandes frentes: (1) na construção de espaços de maior abertura à comunidade; e, (2) no desenvolvimento de um trabalho em equipa com diferentes actores do contexto escolar.

4. Recomendações de Viagem: Novos Roteiros

A actuação do psicólogo dentro do contexto escolar está exposta às potencialidades e limitações existentes nesse mesmo contexto, e que se dizem respeito a aspectos temporais, espaciais, logísticos, e normativos muito próprios, não raro pré-estabelecidos pelo sistema de educação e comunidade educativa. Assim, o psicólogo dá entrada num ambiente com uma cultura e modo de funcionamento muitas vezes fortemente condicionado por regras e princípios instituídos, aos quais frequentemente tem de se submeter. Por isso mesmo, a actuação do psicólogo, em contexto escolar é, por vezes, geradora de grande frustração, pois a sua condição é ainda algo paradoxal: dele esperam-se grandes feitos e

soluções/respostas para problemas iminentes, no entanto, nem sempre o seu trabalho é reconhecido. Assim, o psicólogo acaba por ser visto como uma espécie de «mágico sem magia» como refere Barros (2005). Estas expectativas em relação ao psicólogo como um mágico, não se confirmando, acabam por levar a uma certa desqualificação do seu papel na escola.

A intervenção atrás descrita suscitou a reflexão acerca do perfil e competências do profissional de orientação vocacional, potenciando pistas para um exercício mais eficaz, integrador e pleno do mesmo, em contexto escolar. Assim, após a implementação do Projecto Laboratório de Sonhos da EB23 Augusto César Pires de Lima, e da partilha de experiências com alguns colegas, é possível constatar com algum desagrado, que, de um modo geral (não desvalorizando a quantidade de projectos que consagram a orientação vocacional em todas as suas potencialidades), uma grande inconsistência entre aquele que é sugerido e defendido por excelência como o modelo orientador da prática de orientação vocacional e a sua operacionalização nos vários domínios e contextos da intervenção psicológica. Facilmente se depara com um desfasamento flagrante entre o discurso do “bom” e a não tão “boa” acção, muitas vezes sustentado e alimentado pela insistência de certos profissionais a trabalhar na área em manter determinadas práticas.

Estas inconsistências revelam-se em diversos aspectos que, aqui, serão identificados tendo como referência a experiência decorrente da implementação do projecto acima referido mas que não deixam de representar o que acontece relativamente a outras intervenções do género. Entre esses aspectos destacam-se:

(a) A existência de grupos-alvo pré definidos e específicos, neste caso adolescentes que frequentam o 9.º ano de escolaridade e se preparam para finalizar o ensino obrigatório e, em simultâneo, se encontram perante a a decisão referente ao prosseguimento ou não dos estudos, e no caso de prosseguimento, da decisão quanto ao tipo de formação a frequentar. Estas condições revestem a orientação vocacional de um carácter pontual e momentâneo, em contraponto com o ideal de uma intervenção mais ampla e compreensiva que abarcaria as vivências do sujeito por um período decorrente do seu nascimento até ao momento da sua morte. Obviamente que, pode argumentar-se que a adolescência, e os adolescentes que se encontram no 9.º ano (em específico) apresentam necessidades que justificam, até determinado ponto, uma intervenção em moldes mais fechados e estruturados, como sendo a iminência/necessidade de fazer uma escolha (em relação à área de curso, em relação a dar prosseguimento ou não aos estudos, à escola, ao tipo de curso, etc.), as diferentes pressões sociais (provenientes da família, grupo de pares, escola, sociedade em geral) que concorrem nesse sentido, bem como as necessidades associadas à fase de desenvolvimento da adolescência com todas as tarefas em torno da estruturação de uma identidade. No entanto estas necessidades, tornam-se, simultaneamente, constrangimentos para o processo de intervenção vocacional, pois no afã de lhes dar resposta o psicólogo vê restringir-se, o seu campo de acção. De um modo sucinto, é pedido ao psicólogo que, em intervenções que duram aproximadamente uma hora, e ocorrem (no mais elevado nível de optimismo e muitas vezes eficiência) uma vez por semana, durante três/quatro meses, consiga promover o desenvolvimento vocacional dos jovens. À partida este aspecto poderá condenar o sucesso da intervenção se planeada tendo em vista esse objectivo. Dentro das fórmulas temporais, que resultam numa intervenção que rondará o total de 14h, instala-se a dúvida se será alguma vez possível produzir-se desenvolvimento; se será alguma vez possível transformar investimentos; se será possível alcançar níveis de exploração que, realmente, acrescentem riqueza, diversidade e profundidade às experiências. Reflectir e procurar resposta para estas questões, alimenta novas questões que carecem de nova reflexão. Não estarão os psicólogos que trabalham em contexto escolar a validar todas as crenças que remetem para as perspectivas mais reducionistas da orientação vocacional? Não estarão os próprios profissionais a alimentar o culto social do imediatismo e a fomentar uma ideia da orientação vocacional como descoberta?!

Torna-se por demais evidente a necessidade de reflectir a prática e ganhar convicção nos princípios que regem a intervenção, sem ceder aos caprichos ou pressões sociais vindas de uma sociedade que prima por valores como o imediatismo, consumismo e comodismo, valores que, de tão cristalizados, tantas

vezes o psicólogo tem dificuldade em inflectir na sua actuação. Compreende-se, por isso, que a actividade do psicólogo em contexto escolar seja, por vezes, geradora de grande frustração, pois a sua condição é ainda vista e vivida de modo algo paradoxal: dele esperam-se grandes feitos e soluções/respostas para problemas eminentes (como a escolha de uma via profissional), no entanto, o reconhecimento pelo seu trabalho, mesmo quando bem feito - ainda que "dentro dos possíveis" - tarda em chegar.

(b) Também merecedores de atenção são os modos dentro dos quais se desenvolvem as intervenções, o que inclui outros aspectos como a informação fornecida, as actividades desenvolvidas e os recursos utilizados no âmbito de um processo de orientação vocacional desenvolvido em contexto de grupo. Relativamente à informação fornecida aos adolescentes, e sendo este, talvez, um dos pontos principais desta "viagem reflexiva", será de reforçar que aquando do incentivo de exploração das oportunidades de formação, momento ansiado pelos adolescentes, este é extremamente redutor, no sentido em que se restringe ao Sistema de Ensino Português, limitando as oportunidades e "desejos" de exploração para além fronteiras. Existe pouca informação (e pouca iniciativa na procura da mesma) relativamente às oportunidades de formação ao nível internacional por parte dos profissionais de psicologia. Não deixa de ser um contra-senso aclamar o alargamento do raio de exploração e restringi-la, depois, aos limites da oferta da cidade, da região e, na melhor das hipóteses, do país. É necessário, portanto, atentar a abordagens do sistema de oportunidades que podem revelar-se contraproducentes e contraditórias.

(c) Ainda que a intenção do psicólogo possa ser a de se afastar do estigma psicotécnico, algumas das actividades desenvolvidas na intervenção podem reforçá-lo ainda mais, ou não fosse tão comum a tentação de usar testes vocacionais, cedendo às expectativas de alunos, pais e comunidade escolar, mal informados sobre as características do processo de "orientar-se" vocacionalmente que não intencionam mais, do que a obtenção de respostas claras e rápidas, ou que procuram avaliar o trabalho do psicólogo em função de resultados. E a propósito de meios de intervenção são óbvias algumas das limitações dos profissionais na actualização de materiais e recursos, nomeadamente e (é quase forçoso) no que se refere à sua preparação para uma adequada utilização da Internet, não só por todas as impossibilidades que permite ultrapassar, como pelo facto de ser um instrumento interessante ao nível dos processos de exploração otimizado pela correspondência aos interesses e uso do tempo da maioria dos adolescentes. Há que potenciar as características apelativas da internet para os jovens, e extrair desse meio o máximo de vantagens para a intervenção ao nível da orientação vocacional com estas camadas etárias.

(d) Finalmente, a escola enquanto contexto físico muito específico não deixa de impor outras limitações, de natureza espacial, forçando a ocorrência de sessões de orientação vocacional que, ao realizarem-se numa sala de aula onde, por vezes, nem as cadeiras podem desprender-se do chão, acabam por se assemelhar a um tempo lectivo comum (mais uma aula) e a intervenção tende, quase inevitavelmente, a tornar-se instrutiva e directiva por força da própria organização do espaço que não permite pôr em prática dinâmicas que ajudem a diferenciar o papel do psicólogo do de um professor e estimulem mais a interacção entre os vários intervenientes. O ideal seria, obviamente, dispor de espaços que potencializassem um ambiente acolhedor que permita a partilha e a livre expressão (e não a contenção) das opiniões, ideias, representações, medos, dificuldades, dúvidas nem sempre valorizados (ou até permitidos) na dinâmica habitual da sala de aula e da relação professor-aluno. Considera-se que outros espaços como bibliotecas, instituições públicas, parques, instituições privadas, empresas, poderiam ser usados para a realização das sessões do processo de intervenção, de modo a facilitar o afastamento ao contexto educativo que, muitas vezes, não permite que os adolescentes se abstraiam das características mais autoritárias e repressivas associadas à escola.

Posto isto, e em jeito de síntese, torna-se importante lançar sugestões e realçar aspectos, relativamente, e em específico, à intervenção psicológica em orientação vocacional no contexto escolar como sendo:

- Alargamento temporal do processo de intervenção (aumentar o número de sessões);
- Utilização criativa das novas tecnologias (página de *facebook*, *blogue*, e-mail com desafios, fórum...):

- Contribuir para motivar os adolescentes da sociedade actual para valores e estilos de vida alternativos (menos hedónicos e menos centrados no imediatismo, na desistência face à obstáculos, na intolerância à frustração...);
- Construir metáforas associadas a princípios de funcionamento das sessões (de modo a facilitar o assumir de compromissos com o processo de Orientação Vocacional);
- Criar condições especiais no espaço do laboratório tentando superar as limitações do contexto escolar, em particular as que se prendem com a estrutura da sala de aula..., e utilizar espaços alternativos (jardins, parques...);
- Aumentar as oportunidades de interacção com a comunidade (visitas a centros de emprego, empresas...);
- Promover a participação e o envolvimento no processo de intervenção dos professores e de outros elementos da comunidade educativa como os encarregados de educação;
- Alargar o campo de investimentos vocacionais possíveis expandindo geograficamente a exploração das oportunidades de formação e de realização profissional, no sentido de favorecer a internacionalização dos projectos vocacionais a construir.

Considerações finais

A reflexão em torno da actuação do psicólogo em contexto escolar no âmbito da orientação vocacional demonstra-se tão mais pertinente quanto mais for pensado como um agente de desenvolvimento que, juntamente com outros intervenientes, complementará uma equipa que pode, activamente, fazer esforços no sentido de promover e melhorar as competências (pessoais, interpessoais, sociais, cívicas, vocacionais,...) dos indivíduos, aquele que, afinal, é o objectivo maior das instituições de educação e formação.

Salienta-se, particularmente, que as actividades e estratégias usadas implicam que este o psicólogo se mostre capaz de desenvolver e aprofundar um olhar integrador e multidimensional, constituindo-se como um verdadeiro catalisador relacional, estimulando activamente as relações entre os diferentes actores, bem como promovendo a qualidade desenvolvimental das experiências vividas na escola. Assim, parte-se do princípio que o psicólogo escolar deve actuar predominantemente a três grandes níveis: psicológico, psicopedagógico, e experimental. Será importante salientar que, acima de tudo, na escola como, de resto, noutros contextos, um psicólogo deverá ocupar-se da promoção do desenvolvimento dos jovens/indivíduos mais do que da remediação dos problemas que estes apresentem (relacionados/relevantes de forma mais ou menos directa com e para o contexto escolar e/ou outros).

Assim, espera-se que este profissional seja capaz de trabalhar em rede e em equipa, que possua uma grande capacidade de iniciativa e dinamismo, se mantenha constantemente actualizado, utilizando com facilidade os recursos informáticos e o instrumento da Internet nunca perdendo de vista os indicadores da realidade quanto à permeabilidade maior ou menor do mercado de emprego e aos desequilíbrios na oferta-procura de certos domínios de formação e nunca se esquecendo de pensar cada indivíduo como alguém que procura um lugar no mundo (também no mundo do trabalho) que possa sentir ou fazer seu.

Ao mesmo tempo, acredita-se que o contexto escolar desafiará o desenvolvimento das suas competências criativas, destacando-se, a esse nível, o potencial da utilização de estímulos artísticos múltiplos nas actividades de intervenção organizadas. Estabelecendo-se como modelo relacional, será incentivado a utilizar uma linguagem acessível e próxima, e a trabalhar de forma flexível, adaptando-se à imprevisibilidade das diferentes situações, assumindo uma postura desafiante dos processos de mudança psicológica e da sua própria prática.

Bibliografia

- Barros, J. (2005). *Psicologia da Educação: 2. Ensino- professor*. Porto: Legis Ed./ LivPsic.
- Campos, B. P. & Coimbra, J. L. (1991). Consulta Psicológica e Exploração do Investimento Vocacional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 7, 11-19.
- Gonçalves, C. M. (1997). *A Influência da Família no Desenvolvimento Vocacional de Adolescentes e Jovens*. Dissertação da tese de mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal.
- Reis, M. (2008). A orientação vocacional como um processo social de desenvolvimento. Disponível em www.psicologia.com.pt.